34

CGJ *001389 8*

(630/2019-E)

INFORMAÇÃO DE DÉBITO DO IRPF DE TITULAR DA DELEGAÇÃO. POSSIBILIDADE DE ILÍCITO ADMINISTRATIVO, EM TESE, NAS SITUAÇÕES DE GRAVE OU DOLOSO - NÃO PAGAMENTO DE IMPOSTOS. CASO CONCRETO QUE ENVOLVE PAGAMENTO EM ATRASO DE CURTO PERÍODO. EXCLUSÃO DE ILÍCITO ADMINISTRATIVO – ARQUIVAMENTO.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça:

Trata-se de processo administrativo de apuração preliminar, em decorrência da informação de existência de débitos declarados por Titular de Delegação, o qual foi arquivado pelo MM. Juiz Corregedor Permanente.

É o relatório.

Opino.

A existência de débitos do imposto de renda na esfera jurídica do Titular de Delegação, em situações graves, pode configurar ilícito administrativo, consoante previsão contida no artigo 30, inciso V, c.c. o artigo 31, inciso V, da Lei nº. 8.935/94.

Nesse sentido, o seguinte precedente administrativo:

> *"PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. Praia Grande. Oficial de Registro de Imóveis. Não recolhimento, a seu tempo, de Imposto de Renda (Carnê Leão) e contribuições previdenciárias. Recolhimento em atraso de repasses de emolumentos previstos no art. 19 da Lei Estadual nº 11.331/2002, assim como do FGTS dos prepostos. Gerenciamento administrativo e financeiro da serventia extrajudicial, que é de responsabilidade do Oficial. Admissão dos atos irregulares e informação de que houve a sua cessação depois de determinações em Correição Geral realizada em sua Unidade. Ordem de serviço. Constatação de descumprimento de prazos normativos. Escrituração irregular envolvendo os Livros 1- Protocolo, 2 - Registro Geral e 3 - Registro Auxiliar. Proposta de aplicação de pena de suspensão por 90 (noventa) dias. (CGJSP, Proc. n. 198.355/2018)".*

Não obstante, a situação concreta em exame envolve o não pagamento do imposto de renda devido pelo Titular da Delegação, concernente a curto período e que já foi objeto de regularização mediante parcelamento do débito.

Nesse quadro, salvo melhor juízo de Vossa Excelência, compete manutenção da sentença do MM Juiz Corregedor Permanente por conforme os precedentes da Corregedoria Geral da Justiça.

36

Ante o exposto, o parecer que, respeitosamente, submete-se à elevada apreciação de Vossa Excelência é no sentido do arquivamento do presente expediente de acompanhamento.

Sub censura.

São Paulo, 05 de novembro de 2019.

Marcelo Benacchio
Juiz Assessor da Corregedoria

37

CONCLUSÃO

Em 06 de novembro de 2019, faço estes autos conclusos ao Exmo. Senhor Desembargador **GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO**, DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo. Eu, _____ (Márcia Ribeiro), Escrevente Técnico Judiciário do GAB 3.1, subscrevi.

Aprovo o parecer do MM Juiz Assessor da Corregedoria e, por seus fundamentos, que adoto, determino o arquivamento do presente expediente administrativo.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO
Corregedor Geral da Justiça